

**Ventos de São Tito Holding S. A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024**

## **Ventos de São Tito Holding S.A.**

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis auditadas individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	11



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**Ventos de São Tito Holding S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos de São Tito Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future  
with confidence**

## **Ênfase**

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 125.601 mil, conforme divulgado na nota explicativa 13 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 11.318 mil, conforme divulgado na nota explicativa 14. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.



**Shape the future  
with confidence**

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 13 e 14, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future  
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC 2SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

## Ventos de São Tito Holding S. A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		(Reapresentado)			(Reapresentado)		
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.957	5.812	98.253	54.607	45.638	161.871
Contas a receber de clientes	4	-	-	-	16.258	16.044	17.807
Estoque		-	-	-	11.325	8.382	-
Contas a receber de partes relacionadas	5	-	-	109.283	-	-	-
Dividendos a receber	5	41.657	28.150	13.440	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		102	117	1.934	300	627	2.711
Outros tributos a recuperar		-	-	-	106	168	614
Outros ativos		-	-	19	10.966	7.465	6.964
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>46.716</b>	<b>34.079</b>	<b>222.929</b>	<b>93.562</b>	<b>78.324</b>	<b>189.967</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Contas a receber de partes relacionadas	5	63.660	159.026	118.999	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	6	84.401	94.233	34.217	84.401	94.233	34.217
Outros ativos		3.316	5.131	-	6.012	5.753	59
Tributos diferidos		-	-	-	1.221	-	-
Investimentos em controladas	7	393.680	318.347	189.667	-	-	-
Imobilizado, líquido	8	-	-	1	621.508	639.624	637.576
Intangível, líquido		-	-	-	1.046	1.045	636
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>545.057</b>	<b>576.737</b>	<b>342.884</b>	<b>714.188</b>	<b>740.655</b>	<b>672.488</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>591.773</b>	<b>610.816</b>	<b>565.813</b>	<b>807.750</b>	<b>818.979</b>	<b>862.455</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		(Reapresentado)			(Reapresentado)		
Fornecedores		121	346	1.933	9.701	14.956	13.163
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	62.274	53.528	44.391	62.274	56.733	44.391
Conta de ressarcimento	10	-	-	-	149.858	28.085	52.735
Passivo de arrendamento	11	-	-	-	-	32	795
Encargos setoriais		-	-	-	70	63	63
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	1.667	835	2
Outros tributos a pagar		36	53	292	781	1.811	1.005
Outras obrigações		-	1.627	2.363	3.318	2.571	2.921
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>62.431</b>	<b>55.554</b>	<b>48.979</b>	<b>227.669</b>	<b>105.086</b>	<b>115.075</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	423.465	477.809	522.983	423.465	474.604	522.983
Conta de ressarcimento	10	-	-	-	37.169	124.515	108.711
Passivo de arrendamento	11	-	-	-	-	22.512	18.172
Provisão para desmobilização		-	-	-	13.055	11.613	31.061
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	70.003
Outras obrigações		-	-	-	515	3.196	2.599
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>423.465</b>	<b>477.809</b>	<b>522.983</b>	<b>474.204</b>	<b>636.440</b>	<b>753.529</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social subscrito e integralizado		293.637	273.517	273.517	293.637	273.517	273.517
Prejuízos acumulados		(187.760)	(196.064)	(279.666)	(187.760)	(196.064)	(279.666)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>105.877</b>	<b>77.453</b>	<b>(6.149)</b>	<b>105.877</b>	<b>77.453</b>	<b>(6.149)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>591.773</b>	<b>610.816</b>	<b>565.813</b>	<b>807.750</b>	<b>818.979</b>	<b>862.455</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ventos de São Tito Holding S. A**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	13	-	-	125.601	131.910
Custo de produção e operação de energia	14	-	-	(66.601)	(61.895)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>59.000</b>	<b>70.015</b>
Gerais e administrativas		(66)	(694)	(1.083)	(3.110)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(247)	(12)	8.859	(5.453)
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(313)</b>	<b>(706)</b>	<b>7.776</b>	<b>(8.563)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(313)</b>	<b>(706)</b>	<b>66.776</b>	<b>61.452</b>
Receitas financeiras		8.680	29.416	17.150	21.596
Despesas financeiras		(56.755)	(61.738)	(66.006)	(63.522)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	16	<b>(48.075)</b>	<b>(32.322)</b>	<b>(48.856)</b>	<b>(41.926)</b>
Resultado de equivalência patrimonial		56.725	116.630	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>8.337</b>	<b>83.602</b>	<b>17.920</b>	<b>19.526</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(33)	-	(10.837)	(15.149)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	1.221	79.225
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	17	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>(9.616)</b>	<b>64.076</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>8.304</b>	<b>83.602</b>	<b>8.304</b>	<b>83.602</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Ventos de São Tito Holding S. A

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	8.304	83.602	8.304	83.602
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>8.304</b>	<b>83.602</b>	<b>8.304</b>	<b>83.602</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Ventos de São Tito Holding S. A**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>273.517</b>	<b>(279.666)</b>	<b>(6.149)</b>
Lucro líquido do exercício		-	83.602	83.602
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13</b>	<b>273.517</b>	<b>(196.064)</b>	<b>77.453</b>
Aumento de capital		20.120	-	20.120
Lucro líquido do exercício		-	8.304	8.304
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13</b>	<b>293.637</b>	<b>(187.760)</b>	<b>105.877</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Ventos de São Tito Holding S. A**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do exercício	8.304	(Reapresentado) 83.602	8.304	(Reapresentado) 83.602
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	14	-	33.294	35.326
Atualização monetária sobre ressarcimento	16	-	3.034	(1.032)
Juros sobre arrendamento	16	-	2.081	2.293
Juros s/ cessão de recebíveis	16	(14.484)	-	-
Amortização de juros capitalizados	7	1.897	-	-
Encargos financeiros de dívidas	9 e 16	55.388	55.388	60.047
Atualização da provisão para desmobilização	16	-	1.442	(1.190)
Tributos e contribuições sociais diferidos	17	-	(1.221)	(79.225)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	6 e 16	(8.726)	(8.726)	(13.441)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	-	486	4.297
Resultado de equivalência patrimonial	7	(58.622)	-	-
		<b>(1.759)</b>	<b>94.082</b>	<b>90.677</b>
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(39)</b>	<b>26.734</b>	<b>7.803</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(8.277)	(7.227)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	9	(44.419)	(44.419)	(46.635)
Recebimento de juros sobre cessão de recebíveis	16	-	-	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(2.081)	(2.293)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais</b>		<b>(46.217)</b>	<b>66.039</b>	<b>42.325</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	8	-	(39.153)	(62.326)
Aumento de capital em controladas	7	(32.115)	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(32.115)</b>	<b>(39.153)</b>	<b>(62.326)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	(28)	(208)
Recebimento de cessão de recebíveis - partes relacionadas (principal)		95.366	-	-
Aumento de capital social		20.120	20.120	-
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	6	18.558	18.558	(46.575)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	9	(452)	(452)	(92)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	9	(56.115)	(56.115)	(49.357)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos</b>		<b>77.477</b>	<b>(17.917)</b>	<b>(96.232)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(855)</b>	<b>8.969</b>	<b>(116.233)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		5.812	45.638	161.871
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.957</b>	<b>54.607</b>	<b>45.638</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Tito Holding S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 18 de dezembro de 2015, e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “São Tito”.

A Companhia é controladora integral da Santa Joana II, Santa Joana VI, Santa Joana VIII, Santa Joana XIV, São Onofre I, São Onofre II, São Onofre III.

A Companhia é controlada diretamente pela Auren Participações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A.) e pela Auren Energia S.A.

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Ventos De Santo Onofre I	5º LER/2013	80/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,2
Ventos De Santo Onofre II	5º LER/2013	78/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,6
Ventos De Santo Onofre III	5º LER/2013	85/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,7
Ventos De Santa Joana II	5º LER/2013	77/2015	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	14,8
Ventos De Santa Joana VI	5º LER/2013	83/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	15,1
Ventos De Santa Joana VIII	5º LER/2013	82/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	15,7
Ventos De Santa Joana XIV	5º LER/2013	84/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	14,9
							<b>105</b>	<b>210,0</b>	<b>110,0</b>

### Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade de quantidade de energia elétrica, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), por meio do qual venderá a totalidade de sua energia gerada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de setembro de 2015.

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Ventos De Santo Onofre I	5º LER/2013	CCEE	146.292	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santo Onofre II	5º LER/2013	CCEE	139.284	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santo Onofre III	5º LER/2013	CCEE	140.160	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana II	5º LER/2013	CCEE	125.268	205,65	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana VI	5º LER/2013	CCEE	132.276	205,65	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana VIII	5º LER/2013	CCEE	136.656	205,63	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana XIV	5º LER/2013	CCEE	128.772	205,65	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
			<b>948.708</b>					

### 1.1. Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora direta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças (“Transação”) por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em 31 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais de 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$15.715 (R\$21.475 em 31 de dezembro de 2023), e nas demonstrações contábeis consolidadas de R\$134.107 (R\$26.762 em 31 de dezembro de 2023), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 18.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

---

### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

### 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024-- Continuação

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia e suas controladas pretendem adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

### 2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

---

### 2.8 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Empresa julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$ 5.752 na Controladora e R\$43.858 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.8 Revisão de política contábil--Continuação

Adicionalmente, houve uma redução na atividade operacional de R\$5.752 na Controladora e R\$43.858 no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	60	5.752	5.812	1.780	43.858	45.638
Investimentos de curto prazo	5.752	(5.752)	-	43.858	(43.858)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	16.044	-	16.044
Estoque	-	-	-	8.382	-	8.382
Dividendos a receber	28.150	-	28.150	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	117	-	117	627	-	627
Outros tributos a recuperar	-	-	-	168	-	168
Outros ativos	-	-	-	7.465	-	7.465
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>34.079</b>	<b>-</b>	<b>34.079</b>	<b>78.324</b>	<b>-</b>	<b>78.324</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber de partes relacionadas	159.026	-	159.026	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	94.233	-	94.233	94.233	-	94.233
Outros ativos	5.131	-	5.131	5.753	-	5.753
Investimentos em controladas	318.347	-	318.347	-	-	-
Imobilizado, líquido	-	-	-	639.624	-	639.624
Intangível, líquido	-	-	-	1.045	-	1.045
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>576.737</b>	<b>-</b>	<b>576.737</b>	<b>740.655</b>	<b>-</b>	<b>740.655</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>610.816</b>	<b>-</b>	<b>610.816</b>	<b>818.979</b>	<b>-</b>	<b>818.979</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.8 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
<b>Atividades operacionais:</b>						
Lucro líquido do exercício	83.602	-	83.602	83.602	-	83.602
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>						
Depreciação e amortização	-	-	-	35.326	-	35.326
Atualização monetária sobre ressarcimento	-	-	-	(1.032)	-	(1.032)
Juros sobre arrendamento	-	-	-	2.293	-	2.293
Juros s/ cessão de recebíveis	(14.484)	-	(14.484)	-	-	-
Amortização de juros capitalizados	1.897	-	1.897	-	-	-
Encargos financeiros de dívidas	60.047	-	60.047	60.047	-	60.047
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	-	(1.190)	-	(1.190)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	(79.225)	-	(79.225)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(2.090)	2.090	-	(7.048)	7.048	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(13.441)	-	(13.441)	(13.441)	-	(13.441)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	4.297	-	4.297
Resultado de equivalência patrimonial	(118.527)	-	(118.527)	-	-	-
	<b>(2.996)</b>	<b>2.090</b>	<b>(906)</b>	<b>83.629</b>	<b>7.048</b>	<b>90.677</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>	<b>(3.283)</b>	<b>160</b>	<b>(3.123)</b>	<b>7.582</b>	<b>221</b>	<b>7.803</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	2.831	(2.831)	-	8.025	(8.025)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(6.333)	6.333	-	(44.614)	44.614	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.733)	-	(2.733)	(7.227)	-	(7.227)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	(46.635)	-	(46.635)	(46.635)	-	(46.635)
Recebimento de juros sobre cessão de recebíveis	14.484	-	14.484	-	-	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	(2.293)	-	(2.293)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais</b>	<b>(44.665)</b>	<b>5.752</b>	<b>(38.913)</b>	<b>(1.533)</b>	<b>43.858</b>	<b>42.325</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(62.326)	-	(62.326)
Aumento de capital em controladas	(26.760)	-	(26.760)	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos</b>	<b>(26.760)</b>	<b>-</b>	<b>(26.760)</b>	<b>(62.326)</b>	<b>-</b>	<b>(62.326)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>						
Pagamentos de arrendamentos (principal)	-	-	-	(208)	-	(208)
Recebimento de cessão de recebíveis - partes relacionadas (principal)	69.256	-	69.256	-	-	-
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	(46.575)	-	(46.575)	(46.575)	-	(46.575)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(92)	-	(92)	(92)	-	(92)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(49.357)	-	(49.357)	(49.357)	-	(49.357)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(26.768)</b>	<b>-</b>	<b>(26.768)</b>	<b>(96.232)</b>	<b>-</b>	<b>(96.232)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(98.193)</b>	<b>5.752</b>	<b>(92.441)</b>	<b>(160.091)</b>	<b>43.858</b>	<b>(116.233)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	98.253	-	98.253	161.871	-	161.871
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>60</b>	<b>5.752</b>	<b>5.812</b>	<b>1.780</b>	<b>43.858</b>	<b>45.638</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Numerário disponível	256	60	108	3.102	1.060	1.006
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada	4.701	5.752	98.145	51.505	44.578	160.865
<b>Total</b>	<b>4.957</b>	<b>5.812</b>	<b>98.253</b>	<b>54.607</b>	<b>45.638</b>	<b>161.871</b>

Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações compromissadas em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 89,76% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,24% em 31 de dezembro de 2023).

## 4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por composição de saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Leilões de Energia Eólica	16.258	15.892
Mercado de curto prazo	-	152
<b>Total</b>	<b>16.258</b>	<b>16.044</b>

## 5 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Dividendos a receber				
Santa Joana II	1.736	1.106	-	-
Santa Joana VIII	7.675	6.300	-	-
Santa Joana XIV	8.413	6.084	-	-
Santa Joana VI	8.087	5.573	-	-
Santo Onofre I	3.238	1.221	-	-
Santo Onofre II	7.143	4.677	-	-
Santo Onofre III	5.365	3.189	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>41.657</b>	<b>28.150</b>	-	-
<b>Subtotal circulante</b>	<b>41.657</b>	<b>28.150</b>	-	-
<b>Não Circulante</b>				
Contas a receber - Cessão de direitos				
São Tito	-	-	-	-
Santa Joana II	12.714	24.547	-	-
Santa Joana VI	10.580	24.110	-	-
Santa Joana VIII	6.184	19.908	-	-
Santa Joana XIV	10.318	24.085	-	-
Santo Onofre I	9.366	23.245	-	-
Santo Onofre II	7.468	22.022	-	-
Santo Onofre III	7.030	21.109	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>63.660</b>	<b>159.026</b>	-	-
<b>Subtotal não circulante</b>	<b>63.660</b>	<b>159.026</b>	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>105.317</b>	<b>187.176</b>	-	-

## 5 PARTES RELACIONADAS--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores				
Auren Operações	-	-	796	1.214
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>796</b>	<b>1.214</b>
<b>Subtotal circulante</b>	-	-	<b>796</b>	<b>1.214</b>
<b>Total do passivo</b>	-	-	<b>796</b>	<b>1.214</b>
<b>Resultado Financeiro</b>				
Receita financeira (i)				
Santa Joana II	-	1.768	-	-
Santa Joana VI	-	1.950	-	-
Santa Joana VIII	-	2.260	-	-
Santa Joana XIV	-	1.592	-	-
Santo Onofre I	-	2.176	-	-
Santo Onofre II	-	2.238	-	-
Santo Onofre III	-	2.500	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>14.484</b>	-	-
<b>Total do resultado</b>	-	<b>14.484</b>	-	-

- (i) Referem-se à antecipação de recebíveis efetuados às suas controladas. Para fornecer fluxo de caixa para o pagamento da dívida, as controladas concedem à Companhia direitos creditórios em face dos contratos firmados junto à CCEE, que serão utilizados para a amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela Companhia. O contrato firmado entre as partes não especifica uma taxa de juros, apenas menciona que ficará em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas controladas.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

## 6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Garantias de financiamento (i)	84.401	94.233	84.401	94.233
<b>Subtotal</b>	<b>84.401</b>	<b>94.233</b>	<b>84.401</b>	<b>94.233</b>
<b>Total</b>	<b>84.401</b>	<b>94.233</b>	<b>84.401</b>	<b>94.233</b>

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia e suas controladas.

## 6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS--Continuação

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>34.217</b>	<b>34.217</b>
Adições	141.133	141.133
Atualização monetária	13.441	13.441
Baixas e resgates	(94.558)	(94.558)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>94.233</b>	<b>94.233</b>
Adições	120.487	120.487
Atualização monetária	8.726	8.726
Baixas e resgates	(139.045)	(139.045)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>84.401</b>	<b>84.401</b>

## 7 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2024	2023
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	393.680	318.347
<b>Total</b>	<b>393.680</b>	<b>318.347</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Aporte de investimentos	Aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Equivalência Patrimonial	Amortização de juros capitalizados (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Joana II	49.385	-	1.570	(630)	5.398	(175)	55.548
Joana VI	37.782	2.990	-	(2.102)	8.658	(280)	47.048
Joana VIII	52.626	-	-	(2.113)	8.842	(286)	59.069
Joana XIV	46.635	2.170	-	(2.003)	8.195	(265)	54.732
Onofre I	42.322	2.085	23.300	(2.017)	8.242	(267)	73.665
Onofre II	46.175	-	-	(2.466)	10.255	(332)	53.632
Onofre III	43.422	-	-	(2.176)	9.032	(292)	49.986
<b>Total</b>	<b>318.347</b>	<b>7.245</b>	<b>24.870</b>	<b>(13.507)</b>	<b>58.622</b>	<b>(1.897)</b>	<b>393.680</b>

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Aporte de investimentos	Aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Equivalência Patrimonial	Amortização de juros capitalizados (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Joana II	23.519	5.961	9.919	-	10.148	(162)	49.385
Joana VI	25.686	-	-	(2.796)	15.134	(242)	37.782
Joana VIII	37.552	-	-	(3.933)	19.316	(309)	52.626
Joana XIV	27.100	8.370	-	(3.005)	14.400	(230)	46.635
Onofre I	19.633	2.510	-	(224)	20.735	(332)	42.322
Onofre II	30.607	-	-	(3.314)	19.189	(307)	46.175
Onofre III	25.570	-	-	(1.438)	19.605	(315)	43.422
<b>Total</b>	<b>189.667</b>	<b>16.841</b>	<b>9.919</b>	<b>(14.710)</b>	<b>118.527</b>	<b>(1.897)</b>	<b>318.347</b>

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

## 7 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS--Continuação

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Joana II	51.490.064	100%	108.772	55.261	53.511	51.490	5.397
Joana VI	40.001.000	100%	90.295	45.186	45.109	28.453	8.658
Joana VIII	40.001.000	100%	97.204	40.770	56.434	35.325	8.842
Joana XIV	40.001.000	100%	104.196	51.595	52.601	35.774	8.195
Onofre I	58.481.194	100%	116.521	44.337	72.184	63.301	8.242
Onofre II	40.001.000	100%	94.032	42.589	51.443	31.223	10.255
Onofre III	40.001.000	100%	94.164	46.152	48.012	34.729	9.033
			<b>705.184</b>	<b>325.890</b>	<b>379.294</b>	<b>280.295</b>	<b>58.622</b>

## 8 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

## 8 IMOBILIZADO--Continuação

### (a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2024				2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,70%	168.329	(67.993)	100.336	104.875
Máquinas e equipamentos	3,81%	751.152	(310.765)	440.387	454.489
Veículos	14,29%	1.337	(324)	1.013	1.189
Móveis e utensílios e outros	6,25%	144	(68)	76	85
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>920.962</b>	<b>(379.150)</b>	<b>541.812</b>	<b>560.638</b>
Imobilizado em curso (i)		79.696	-	79.696	60.306
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>		<b>1.000.658</b>	<b>(379.150)</b>	<b>621.508</b>	<b>620.944</b>
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	-	18.680
<b>Total</b>		<b>1.000.658</b>	<b>(379.150)</b>	<b>621.508</b>	<b>639.624</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2024
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Baixas	Transferências (i)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	168.328	-	-	-	1	168.329
Máquinas e equipamentos	739.078	-	-	(486)	12.560	751.152
Veículos	1.337	-	-	-	-	1.337
Móveis e utensílios	144	-	-	-	-	144
Imobilizado em curso	60.306	39.152	-	-	(19.762)	79.696
Direito de uso de terreno arrendado	24.581	-	(24.581)	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>993.774</b>	<b>39.152</b>	<b>(24.581)</b>	<b>(486)</b>	<b>(7.201)</b>	<b>1.000.658</b>
Depreciação/Amortização	(354.150)	(33.294)	-	-	8.294	(379.150)
<b>Total líquido</b>	<b>639.624</b>	<b>5.858</b>	<b>(24.581)</b>	<b>(486)</b>	<b>1.093</b>	<b>621.508</b>

	Consolidado						Saldos em 31 de dezembro de 2023
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Baixas	Transferências (i)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	134.710	-	-	-	-	33.618	168.328
Máquinas e equipamentos	782.073	-	-	(25.282)	(1.485)	(16.228)	739.078
Veículos	104	-	-	-	-	1.233	1.337
Móveis e utensílios	144	-	-	-	-	-	144
Imobilizado em curso	26.069	61.298	-	-	(2.821)	(24.240)	60.306
Direito de uso de terreno arrendado	21.381	-	3.199	-	-	1	24.581
<b>Subtotal</b>	<b>964.481</b>	<b>61.298</b>	<b>3.199</b>	<b>(25.282)</b>	<b>(4.306)</b>	<b>(5.616)</b>	<b>993.774</b>
Depreciação/Amortização	(326.905)	(35.305)	1.086	6.965	9	-	(354.150)
<b>Total líquido</b>	<b>637.576</b>	<b>25.993</b>	<b>4.285</b>	<b>(18.317)</b>	<b>(4.297)</b>	<b>(5.616)</b>	<b>639.624</b>

- (i) Refere-se às reclassificações do estoque para imobilizado.
- (ii) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há pagamento de arrendamento fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso. A Companhia, objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

## 8 IMOBILIZADO--Continuação

### (b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 9 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos, financiamentos são compostos da seguinte forma:

Controladora e Consolidado								
2024								
Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
<b>Debêntures</b>								
1ª Emissão	19.852	298	(968)	19.182	65.096	(2.421)	62.675	81.857
<b>Subtotal</b>	<b>19.852</b>	<b>298</b>	<b>(968)</b>	<b>19.182</b>	<b>65.096</b>	<b>(2.421)</b>	<b>62.675</b>	<b>81.857</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>								
BNDDES	44.940	1.370	(3.218)	43.092	381.172	(20.382)	360.790	403.882
<b>Subtotal</b>	<b>44.940</b>	<b>1.370</b>	<b>(3.218)</b>	<b>43.092</b>	<b>381.172</b>	<b>(20.382)</b>	<b>360.790</b>	<b>403.882</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>64.792</b>	<b>1.668</b>	<b>(4.186)</b>	<b>62.274</b>	<b>446.268</b>	<b>(22.803)</b>	<b>423.465</b>	<b>485.739</b>

  

Controladora e Consolidado								
2023								
Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
<b>Debêntures</b>								
1ª Emissão	15.399	305	(869)	14.835	80.974	(3.042)	77.932	92.767
<b>Subtotal</b>	<b>15.399</b>	<b>305</b>	<b>(869)</b>	<b>14.835</b>	<b>80.974</b>	<b>(3.042)</b>	<b>77.932</b>	<b>92.767</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>								
BNDDES	40.407	1.491	(3.205)	38.693	423.383	(23.506)	399.877	438.570
<b>Subtotal</b>	<b>40.407</b>	<b>1.491</b>	<b>(3.205)</b>	<b>38.693</b>	<b>423.383</b>	<b>(23.506)</b>	<b>399.877</b>	<b>438.570</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>55.806</b>	<b>1.796</b>	<b>(4.074)</b>	<b>53.528</b>	<b>504.357</b>	<b>(26.548)</b>	<b>477.809</b>	<b>531.337</b>

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Controladora e Consolidado			
Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>98.587</b>	<b>468.787</b>	<b>567.374</b>
Encargos financeiros	11.543	38.774	50.317
Variação monetária	2.488	3.248	5.736
Pagamento de principal	(11.354)	(38.003)	(49.357)
Pagamento de encargos financeiros	(9.296)	(37.339)	(46.635)
Diferimento dos custos de transação	(19)	(73)	(92)
Amortização dos custos de transação	818	3.176	3.994
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>92.767</b>	<b>438.570</b>	<b>531.337</b>
Encargos financeiros	8.655	34.392	43.047
Variação monetária	4.535	3.721	8.256
Pagamento de principal	(15.363)	(40.752)	(56.115)
Pagamento de encargos financeiros	(9.258)	(35.161)	(44.419)
Diferimento dos custos de transação	(356)	(96)	(452)
Amortização dos custos de transação	877	3.208	4.085
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>81.857</b>	<b>403.882</b>	<b>485.739</b>

## 9 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Complexo Eólico Araripe	Complexo Eólico Araripe	111.000	Março de 2016	IPCA + 9,24%	Semestral	Semestral	81.857	Junho de 2028	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Araripe
Complexo Eólico Araripe	BNDES (Araripe)	621.225	Maio de 2015	TJLP + 2,20%	Mensal	Mensal	403.882	Abril de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Araripe

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora e Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2026	23.377	48.539	(4.186)	67.730
2027	27.812	52.425	(4.186)	76.051
2028	13.907	56.623	(3.702)	66.828
2029	-	61.157	(3.218)	57.939
2030	-	66.055	(3.218)	62.837
2031 em diante	-	96.373	(4.293)	92.080
	<b>65.096</b>	<b>381.172</b>	<b>(22.803)</b>	<b>423.465</b>

## 10 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Reserva celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até - 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

## 10 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Passivo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	149.858	28.085
<b>Passivo não circulante</b>		
Conta de ressarcimento	37.169	124.515
<b>Total passivo</b>	<b>187.027</b>	<b>152.600</b>

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>161.446</b>
Adição/Reversão	34.528
Amortização	(43.374)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>152.600</b>
Adição/Reversão	66.999
Amortização	(35.606)
Atualização monetária	3.034
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>187.027</b>

### Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

## 10 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

### Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas--Continuação

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

## 11 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Passivo de arrendamento	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.967</b>
Remensuração	3.785
Encargos financeiros	2.293
Pagamento de encargos financeiros	(2.293)
Pagamento de principal	(208)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.544</b>
Remensuração	(22.516)
Encargos financeiros	2.081
Pagamento de encargos financeiros	(2.081)
Pagamento de principal	(28)
Baixa	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>

- (i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

## 12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 12.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$293.637 (R\$273.517 em 31 de dezembro de 2023) representado por 293.637.297 (273.517.297 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### **Aumento de Capital Social**

Em 30 de junho de 2024, a Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$4.145 mediante a emissão de 4.145.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$11.705 mediante a emissão de 11.705.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$4.270 mediante a emissão de 4.270.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## 12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

### 12.2 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

## 13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

#### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

#### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

#### (c) Leilão de Energia Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia eólicos	159.410	137.295
Ressarcimento de energia	(29.691)	7.409
Mercado de curto prazo	67	548
Outras Receitas Operacionais	873	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>130.659</b>	<b>145.252</b>
(-) PIS e COFINS	(5.058)	(13.342)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>125.601</b>	<b>131.910</b>

## 14 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Mercado de curto prazo	(87)	(7)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(10.259)	(10.593)
Taxa de fiscalização ANEEL	(972)	(931)
Crédito de Pis e Cofins	-	782
<b>Subtotal</b>	<b>(11.318)</b>	<b>(10.749)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(11.208)	(8.884)
Material	(4.739)	(3.074)
Depreciação e amortização	(33.294)	(35.326)
Seguros	(5.256)	(2.881)
Arrendamentos e aluguéis	149	(699)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	(486)	-
Outras receitas (custos) operacionais	(449)	(282)
<b>Subtotal</b>	<b>(55.283)</b>	<b>(51.146)</b>
<b>Total</b>	<b>(66.601)</b>	<b>(61.895)</b>

## 15 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Seguros	-	(5)	-	(957)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	(109)
Contribuições setoriais	-	-	(5)	(39)
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	-	(3.990)
Indenização de sinistro (i)	-	-	10.506	-
Outros	(247)	(7)	(1.642)	(358)
<b>Total</b>	<b>(247)</b>	<b>(12)</b>	<b>8.859</b>	<b>(5.453)</b>

(i) A Companhia recebeu uma indenização por danos materiais ocorridos em sua controlada Santa Joana II.

## 16 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	69	2.845	3.984	9.825
Renda de cauções e depósitos judiciais	8.726	13.441	8.726	13.441
Juros de cessão de recebíveis (a)	-	14.484	-	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(423)	(1.354)	(423)	(1.680)
Imposto sobre variação monetária	308	-	470	-
Outras receitas financeiras	-	-	4.393	10
<b>Subtotal</b>	<b>8.680</b>	<b>29.416</b>	<b>17.150</b>	<b>21.596</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	(47.132)	(54.311)	(47.132)	(54.311)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(8.256)	(5.736)	(8.256)	(5.736)
Juros sobre arrendamento	-	-	(2.081)	(2.293)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(1.442)	1.190
Atualização ressarcimento	-	-	(3.034)	1.032
Outras despesas financeiras	(1.367)	(1.691)	(4.061)	(3.404)
<b>Subtotal</b>	<b>(56.755)</b>	<b>(61.738)</b>	<b>(66.006)</b>	<b>(63.522)</b>
<b>Total</b>	<b>(48.075)</b>	<b>(32.322)</b>	<b>(48.856)</b>	<b>(41.926)</b>

## 17 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	8.337	83.602	8.337	83.602	17.920	19.526	17.920	19.526
<b>Alíquota nominal</b>	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal</b>	<b>(2.084)</b>	<b>(20.901)</b>	<b>(750)</b>	<b>(7.524)</b>	<b>(4.480)</b>	<b>(4.882)</b>	<b>(1.613)</b>	<b>(1.757)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>								
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>								
Diferença temporária sem diferido constituído	-	-	-	-	-	(2.450)	-	(881)
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(12.648)	(8.731)	(4.553)	(3.143)	(12.648)	(3.912)	(4.553)	(1.408)
Resultado de equivalência patrimonial	14.656	26.886	5.276	9.679	-	-	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	10.985	-	3.417	-
Atualização de indébito tributário	76	-	27	-	76	-	27	-
Outros	-	2.746	-	988	-	-	-	-
<b>Ajuste de impostos</b>								
IRPJ - Subvenções de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	9.222	-	-
Ajuste Adicional IR	-	-	-	-	-	168	-	-
Baixa diferido mudança regime tributário (i)	-	-	-	-	-	51.140	-	18.836
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(33)	-	(905)	-	78	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>(6.972)</b>	<b>49.286</b>	<b>(2.644)</b>	<b>14.790</b>
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>								
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(33)	-	(7.739)	(11.097)	(3.098)	(4.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	767	60.383	454	18.842
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>(6.972)</b>	<b>49.286</b>	<b>(2.644)</b>	<b>14.790</b>

- (i) A Companhia possuía um saldo histórico de impostos diferidos passivos, majoritariamente advindos de diferença de taxa de depreciação fiscal e contábil. Em função da mudança do regime de tributação do lucro real para o lucro presumido a partir de 2024, os impostos diferidos passivos foram integralmente revertidos, por não haver expectativa de reversão futura dessa diferença temporária.

## 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 18.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

## 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 18.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	3.102	3.102	1.060	1.060	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	51.505	51.505	44.578	44.578	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	16.258	16.258	16.044	16.044	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	6	84.401	84.401	94.233	94.233	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>155.266</b>	<b>155.266</b>	<b>155.915</b>	<b>155.915</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		9.701	9.701	14.956	14.956	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	485.739	403.882	531.337	535.477	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	10	187.027	187.027	152.600	152.600	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	11	-	-	22.544	22.544	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>682.467</b>	<b>600.610</b>	<b>721.437</b>	<b>725.577</b>	

### 18.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

##### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

## 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.1) Risco de crédito--Continuação

##### Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4.957	5.812	54.607	45.638
Contas a receber de clientes	-	-	16.258	16.044
Cauções e depósitos vinculados	84.401	94.233	84.401	94.233
<b>Total</b>	<b>89.358</b>	<b>100.045</b>	<b>155.266</b>	<b>155.915</b>

##### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	485.739	531.337	485.739	531.337
Caixa e equivalentes de caixa	(4.957)	(5.812)	(54.607)	(45.638)
Garantias de financiamento	(84.401)	(94.233)	(84.401)	(94.233)
<b>Dívida líquida</b>	<b>396.381</b>	<b>431.292</b>	<b>346.731</b>	<b>391.466</b>
Patrimônio líquido	105.877	77.453	105.877	77.453
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>374,38%</b>	<b>556,84%</b>	<b>327,48%</b>	<b>505,42%</b>

##### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

## 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.3) Risco de liquidez--Continuação

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" e "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	9.701	-	-	-	-	9.701	14.956
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.119	86.416	228.102	267.651	115.218	716.506	779.470
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	25.615
<b>Total</b>	<b>28.820</b>	<b>86.416</b>	<b>228.102</b>	<b>267.651</b>	<b>115.218</b>	<b>726.207</b>	<b>820.041</b>

##### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada)	4.701	5.752	51.505	44.578
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(512.728)	(561.959)	(512.728)	(561.959)
<b>Total</b>	<b>(508.027)</b>	<b>(556.207)</b>	<b>(461.223)</b>	<b>(517.381)</b>

O montante de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

## 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada	CDI	51.505	3.580	5.372	7.159	8.952	10.739
<b>Impacto no resultado</b>			<b>3.580</b>	<b>5.372</b>	<b>7.159</b>	<b>8.952</b>	<b>10.739</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>3.580</b>	<b>5.372</b>	<b>7.159</b>	<b>8.952</b>	<b>10.739</b>

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(187.027)	(4.676)	(7.014)	(9.351)	(11.689)	(14.027)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(4.676)</b>	<b>(7.014)</b>	<b>(9.351)</b>	<b>(11.689)</b>	<b>(14.027)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(4.676)</b>	<b>(7.014)</b>	<b>(9.351)</b>	<b>(11.689)</b>	<b>(14.027)</b>

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			4,38%	6,56%	8,75%	10,94%	13,13%
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP	(427.482)	(27.737)	(37.244)	(46.795)	(56.346)	(65.897)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(27.737)</b>	<b>(37.244)</b>	<b>(46.795)</b>	<b>(56.346)</b>	<b>(65.897)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(27.737)</b>	<b>(37.244)</b>	<b>(46.795)</b>	<b>(56.346)</b>	<b>(65.897)</b>

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Complexo Eólico Araripe	IPCA	(85.246)	(10.205)	(11.369)	(12.533)	(13.697)	(14.861)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(10.205)</b>	<b>(11.369)</b>	<b>(12.533)</b>	<b>(13.697)</b>	<b>(14.861)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(10.205)</b>	<b>(11.369)</b>	<b>(12.533)</b>	<b>(13.697)</b>	<b>(14.861)</b>

Os montantes relacionados às dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

##### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024.

## 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

###### **Constrained-off de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período definitivo (outubro de 2021 em diante).

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos por *constrained-off* serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

## 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

###### **Constrained-off de usinas eólicas--Continuação**

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ingressaram com ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar, o que foi concedido. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, é esperado que a CCEE divulgue em breve um calendário para reprocessamento dos ressarcimentos referentes ao período definitivo, com a apuração do ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

###### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

## **18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação**

### **18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação**

#### **(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação**

##### **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação**

#### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares--Continuação**

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brígida I, Ventos De Santa Brígida II, Ventos De Santa Brígida III, Ventos De Santa Brígida IV, Ventos De Santa Brígida V, Ventos De Santa Brígida VI e Ventos De Santa Brígida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.